



BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE
PROJETO MEMÓRIA ORAL

JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO

Hoje, 21 de julho de 2008, a Biblioteca Mário de Andrade registra o depoimento de José Castilho Marques Neto para o projeto de Memória Oral da Instituição, iniciativa esta que vem sendo desenvolvida com o objetivo de resgatar a história da Mário de Andrade de uma forma matizada, através de narrativas orais dos seus mais diferentes protagonistas: antigos funcionários, diretores, colaboradores, pesquisadores, artistas e intelectuais. Na direção de captação audiovisual deste registro, Sérgio Teichner e na condução do depoimento, Ana Elisa Antunes Viviani.

Ana Elisa Antunes Viviani: José Castilho, bom dia!

José Castilho Neto: Bom dia!

AE: Eu gostaria de iniciar o depoimento pedindo para que você nos lembrasse um pouco sobre suas origens familiares, a formação dos seus pais.

JCN: Eu nasci em São Paulo, em agosto de 1953. Meus pais estavam passando pela cidade, porque ficaram morando aqui, depois que se casaram em 1952, por quatro anos. Meu pai e minha mãe eram de cidades diferentes do interior de São Paulo: de Ibitinga e de Ourinhos. Minha mãe era professora de Geografia e História e dava aulas aqui na Caetano de Campos. E meu pai sempre foi ligado com terra, trabalhando com gado, com pecuária, agricultura etc. Ele tentou uma vida aqui em São Paulo e, obviamente, como bom interiorano ligado à terra, ele não conseguiu permanecer na metrópole. Então, quando eu tinha dois anos e meio, nós nos

mudamos para Ibitinga, que era a terra natal do meu pai e ele voltou, justamente, a trabalhar com agricultura e minha mãe fez um concurso de transferência para o Colégio Estadual de Ibitinga.

Então eu passei a minha infância e parte da minha adolescência em Ibitinga, no interior do Estado de São Paulo, e, com 17 anos, eu voltei sozinho para a capital para estudar. Ibitinga, que hoje é conhecida como a capital nacional do bordado. Embora eu não saiba bordar, eu participei muito ativamente da vida cultural da cidade naquele momento. Momento da adolescência até os 17 anos, participei do movimento estudantil, pegamos os rescaldos de 68, todo o desenvolvimento da luta estudantil, resistência à ditadura militar, implantação da ditadura militar, enfim, peguei um período importante, embora difícil, da história brasileira. E, numa cidade, que na época devia ter vinte, 25 mil habitantes, nós tivemos, também, por incentivo dos meus pais, porque nós sempre tivemos um ambiente leitor em casa, a minha mãe com muitos livros, professora respeitada, formada aqui em São Paulo pelo Instituto Sedes Sapientiae, com especializações. Então eu sempre tive um ambiente muito acadêmico pelo lado materno e um ambiente de leitor pelo lado do meu pai, que também era um leitor. Minha casa sempre teve muitos livros. No interior, naquela época e até hoje, funciona muito o vendedor porta a porta, livreiros que vendem coleções, enciclopédias, literatura, romances. Então eu cresci realmente num ambiente de leitura na minha casa, numa cidade muito tranquila, onde eu, com meu espírito agitado, personalidade de querer fazer as coisas, um pouco de empreendedorismo, eu sempre trabalhei com grupos sociais, estudantes, pessoas da cidade. E, entre as coisas que nós fizemos, nós criamos, por exemplo, a primeira biblioteca da cidade de Ibitinga, uma biblioteca ligada em parte à prefeitura, a outra parte ligada à igreja local. Os movimentos nas igrejas, principalmente na Igreja Católica, eram muito fortes naquele período, um tempo que se começava uma resistência civil pacífica aos desmandos da ditadura militar.

Então eu cresci em um ambiente de leitura e de movimento estudantil muito circunscritos às atividades do ginásio, que, na época, era como se chamava o ensino fundamental, e o médio era o colegial. E eu vim fazer aqui em São Paulo o terceiro colegial e o cursinho. Era uma medida que você tomava para poder entrar numa boa universidade. Eu morei em Ibitinga por 15 anos e, aos 17 anos de idade,



eu me mudei para São Paulo. Meus pais permaneceram em Ibitinga e eu vim para cá sozinho, como era mesmo o roteiro de filhos de família de classe média que tinham um bom nível de informação e que tinham a pretensão de que os filhos estudassem numa boa universidade. Em São Paulo eu fui fazer o cursinho Equipe, que era o grande cursinho da época para as áreas de humanidades. Eu já estava decidido a ser um advogado total, *full time*. Na época eu pensei que esta seria exatamente a minha profissão, mas, depois de três meses no cursinho do Equipe e da leitura do *Parceiros do Rio Bonito*, do Professor Antonio Candido, tudo mudou e eu resolvi fazer Filosofia e Ciências Sociais. Eu não sabia bem qual das duas fazer e acabei entrando nas duas faculdades: na Filosofia da USP e na Ciências Sociais da Escola de Sociologia e Política. E fiquei nessa dubiedade durante um ano.

Então, basicamente, minha infância e início de juventude foi isso: uma infância bastante tranquila, uma família muito estável, que sempre me incentivou muito do ponto de vista dos estudos, sempre me apoiou muito. Eu não tive nenhuma dificuldade de ordem material nesse sentido e consegui ter uma formação razoável dentro do ensino público. Eu sempre estudei em escolas públicas, consegui pegar, digamos, aquele final de escola pública ainda bem estruturada, com professores bem formados que ganhavam razoavelmente bem, mas, também, já peguei o começo da deterioração. Então eu tive uma formação que não foi precária, mas, ao mesmo tempo, eu já passei por aquela fase de muitas áreas já estarem deficitárias. A formação já não era tão forte nem tão completa como era a da geração que me antecedeu.

AE: E como foi o impacto desse retorno à cidade de São Paulo nesse momento de fim da adolescência, começando a se tornar um adulto?

JCN: O impacto foi bastante, eu não diria traumático, porque foi muito bom, mas, de qualquer forma, foi um impacto muito interessante sob todos os aspectos: do ponto de vista pessoal. Eu saí de uma cidade de 25 mil habitantes e vim para uma metrópole como São Paulo, que já tinha toda essa loucura e esse mundo de contrastes que temos hoje. O lado bom é que eu adorei. Voltar para minha cidade natal não foi só pelo fato que era a cidade em que eu nasci, mas porque São Paulo



é a cidade que até hoje eu identifico como a minha cidade. Este contraste paulistano entre o luxo e a miséria, do desenvolvimento com o atraso, da elite paulistana que se diz “quatrocentona”, mas, que, ao mesmo tempo, está ligada à imigração forte do país e de outros países, sul, sudeste, nordeste, China, nós temos aqui o mundo, isso me encantou de maneira absoluta. Eu tive uma impressão muito forte da cidade e absorvi muito rapidamente esta cidade, gostei do que vi e queria conhecer. É claro que eu vinha com uma certa frequência, meus pais tinham irmãos aqui em São Paulo, passávamos férias aqui. Mas é diferente você ser turista e você se sentir parte da cidade, achando que era realmente aqui que você ficaria para o resto da vida.

E eu tive a sorte de estar num cursinho pré-vestibular como o Equipe, que era excepcional em todos os sentidos.

AE: Onde ficava o Equipe?

JCN: O Equipe ficava aqui perto, na Rua Caio Prado. Quando eu me mudei para cá, eu fiz a matrícula no final de 1970, ainda na Rua Imaculada Conceição. E, depois, quando eu comecei o cursinho em 1971, ele já estava instalado na Rua Caio Prado, no Colégio Des Oiseaux, que tinha sido desocupado pela ordem religiosa. Era um colégio tradicionalíssimo, um prédio belíssimo, imenso, e era lá que funcionava o cursinho. Infelizmente, esse edifício foi derrubado para se fazer no lugar um estacionamento, isso há pelo menos 25 anos. Foi um dos marcos arquitetônicos que a cidade também perdeu.

Então, nesse ambiente do cursinho do Equipe, eu tive uma formação bem mais sólida do ponto de vista humanístico, porque, apesar de ter tido toda uma bagagem de leitura, de ter tido bons professores na área de humanidades, aqui eu encontrei a contemporaneidade do pensamento que acontecia na época, tive um contato mais próximo com a filosofia, com a política, com a sociologia. Eu tive professores de altíssimo gabarito no Equipe, e que me despertaram também para uma realidade política e social do país, para o que estava acontecendo. A ditadura brasileira teve suas peculiaridades e uma delas foi ter mantido, nos pequenos e médios centros, uma vida quase que normal, até do ponto de vista político, na



medida em que funcionava MDB¹ e ARENA². A cada quatro anos havia a substituição do prefeito e dos vereadores, a vida em uma cidade pequena seguia. O movimento dos trabalhadores organizados era pequeno ou já tinha sido destruído como a CGT³ nos anos sessenta. O movimento político no interior do Estado de São Paulo, e acredito também no interior dos outros centros do Brasil, seguiam mais ou menos normal. Para você ter uma ideia do que eu estou dizendo, eu, com 15 para 16 anos, participei de uma atividade do SESC em Ibitinga junto com esse meu grupo, que nós aprontávamos de tudo: era biblioteca, era coral, eram jogos regionais, grêmio estudantil da cidade, enfim, era uma cidade pequena e nós com a adrenalina e o testosterona agitados, nós tínhamos que fazer alguma coisa dentro da cidade e fazíamos na área da cultura e da educação. E uma coisa que nos foi sugerida e que eu resolvi liderar um movimento, foi uma espécie de Operação Rondon. Na época havia a Operação Rondon, até incentivada pela ditadura militar, de estudantes universitários irem para a Amazônia etc, etc, e fazer um trabalho de assistência odontológica. Isso nos foi sugerido e eu achei boa ideia, porque a periferia e a zona rural de Ibitinga era muito grande, o município é muito grande em extensão e havia alguns distritos muito pobres.

Então eu e o meu grupo resolvemos fazer uma “Operação Rondon”. Eu convenci médico e dentista, emprestei uma perua odontológica de um padre de uma cidade vizinha, organizamos filmes e atividades esportivas e ficamos internados uma semana no distrito de Cambaratiba, que era extremamente pobre, que hoje diríamos ter um IDH baixíssimo, na época nós não sabíamos nada disso, era uma questão de intuição. E acampamos uma semana lá, passamos filmes, fizemos campeonato de futebol, vacinação, tratamento odontológico, etc. Eu estou contando esta história para vocês verem como funcionava. Isso chegou por meio de um informante do DEOPS⁴ da época, que era um agente policial e que também era professor do colégio onde eu estudava. Ele transmitiu essa notícia à Regional do Exército da cidade de Bauru e um dia antes de nós voltarmos para a cidade, nós fomos avisados de que nós seríamos presos porque o exército iria invadir. Aí foi aquele corre-corre,

¹ Partido Movimento Democrático Brasileiro

² Partido Aliança Renovadora Nacional

³ Confederação Geral dos Trabalhadores

⁴ Departamento de Ordem Política e Social



nós não sabíamos exatamente o que fazer, havia apenas uma intuição de que a situação era grave. Nós havíamos feito um razoável levantamento sócio-econômico da região, dos moradores e nós queimamos tudo aquilo e voltamos para a cidade com a certeza de que seríamos enjaulados. Chegamos e nada aconteceu. Uma semana depois, eu estava de férias e estava lá na fazenda do meu pai com uns amigos num churrasco ou alguma coisa assim, e chega esse professor e me convida para ir até Bauru com ele, porque eu teria uma entrevista com o comandante da Regional do Exército.

AE: E você desconfiava de alguma coisa?

JCN: Eu achava que eu ia ser preso, simplesmente. Fiquei apavorado, avisei meus pais, não se esqueça que eu tinha 16 anos.

AE: E seus pais...

JCN: Meu pai não sabia de nada do que estava acontecendo, porque tudo ficava na normalidade da cidade. Nós mesmos não sabíamos, é importante colocar essa questão, porque era um ambiente absolutamente de placidez dentro da cidade.

AE: E vocês não tinham noção de que essas atividades que vocês estavam organizando podiam ser entendidas como subversivas?

JCN: Não, nós não tínhamos noção. Nós sabíamos que aquilo não era uma coisa muito normal de se fazer dentro do regime, dentro daquela paz de cemitério que nós vivíamos, mas, certamente... Então eu fui com esse professor até Bauru, fui recebido por um coronel que não me recordo o nome e também não faço questão, dei um depoimento falando sobre o que tinha acontecido. Obviamente eu omiti o levantamento sócio-econômico, omiti que nós tínhamos passado *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e essas coisas todas. E saí de lá com uma bandeira do Brasil como presente e com recomendações do exército para ser um bom rapaz de um futuro brilhante. E a coisa parou por aí. Certamente esse professor fez uma certa



mediação, deve ter falado da minha família, da minha mãe que era colega dele no colégio, mas era esse o clima, o máximo da “subversão” – entre aspas – que se chegava eram atitudes como essa que a juventude tomava nas cidades do interior do Estado e, ao mesmo tempo, você tinha uma reação de perplexidade mesmo e de espanto quando alguma coisa diferente acontecia, porque o que o exército tem a ver comigo?

Então, obviamente, esse episódio despertou em mim uma ideia do que estava acontecendo no país, muito mais apurada e eu já cheguei em São Paulo com essa ideia, com essa percepção. O que me fez ficar atento para as entrelinhas das notícias dos jornais, entender melhor o que o cidadão fazia quando publicava no meio das notícias *Os Lusíadas* ou receitas de bolo no meio de notícias políticas. Eu comecei a entender melhor o clima político do país. Porque tudo nos era passado de maneira muito sutil numa cidade interiorana, de maneira muito velada. O professor de história, por exemplo, quando houve o golpe que depôs o Salvador Allende, fez uma aula sobre democracia grega, eu me lembro muito bem disso. E ele nos perguntava a respeito da democracia, do que era viver numa sociedade democrática, numa sociedade ditatorial e o que nós achávamos do golpe no Chile, mas tudo muito sutil, muito pelas beiradas, que era como a juventude era formada naquele momento. Hoje isso parece uma coisa marciana. Hoje todo mundo está discutindo política, intervindo. A ausência de democracia deforma politicamente gerações e até hoje a gente sente isso na minha geração, na geração posterior, isso foi um período difícil.

E quando eu cheguei aqui em São Paulo essa leitura era muito mais explícita num cursinho como o Equipe, que tinha professores que de vez em quando eram presos porque faziam parte de movimentos de esquerda. Eles nos recomendavam, mesmo a boca-pequena, que nós deveríamos ler determinadas coisas. E um livro que mudou, – não sei se está no roteiro perguntar isso – que transformou minha cabeça e a minha trajetória foi *Parceiros do Rio Bonito*, do Antonio Candido, porque, além de ser a leitura de um escritor com todas as letras, ele mostrou um mundo rural e as contradições da sociedade brasileira que eu vivi nesse período interiorano. Aquilo deu realmente uma guinada absoluta e quatro meses depois, fazendo o



cursinho no Equipe, eu já não queria mais saber de advocacia, achava que o direito era uma barbárie inventada pelo capitalismo e que eu queria fazer uma outra coisa.

Eu queria fazer Ciências Sociais, Filosofia, que, naquele momento, me despertou e foi de fato o que eu fiz. Então o cursinho aqui foi o envolvimento com política, foi o envolvimento com áreas do conhecimento e possibilidades profissionais e de vida que eu desconhecia de maneira forte. Foi também uma aproximação com as artes e a cultura de uma maneira geral. O Equipe também era um celeiro dos novos artistas. Tudo o que era vanguarda do teatro, do cinema, da música, estava lá no Equipe. E o nome emblemático, é emblemático até hoje é o Serginho Groisman, que era o agitador cultural do Equipe.

AE: Vocês fizeram juntos?

JCN: Não, o Serginho já tinha feito, ele é alguns anos mais velho do que eu. Eu não me lembro se ele já tinha feito ECA⁵ ou se ele fez ECA alguma vez na vida, mas ele trabalhava no departamento cultural do cursinho. O cursinho, além das aulas, tinha um trabalho cultural forte na cidade de São Paulo. Não podemos nos esquecer de que nós estávamos numa cidade metropolitana, mas sob uma ditadura e sob forte vigilância. Então os teatros e as vanguardas e expressões artísticas e culturais surgiam em guetos e para muito pouca gente. Não eram multidões que iam ver, eram pequenos nichos, pequenos palcos e o Equipe era um desses palcos, e nós tivemos a oportunidades de conhecer e de ser incentivado a conhecer coisas. Por exemplo, eu cheguei aqui e, no dia seguinte, eu estava vendo *O Balcão*, do Jean Genet, encenado no Teatro Ruth Escobar, que foi uma coisa fantástica na época. Então foram essas coisas que foram criando um novo personagem na minha vida, a pessoa que eu acabei me formando nesse final de adolescência e início de vida adulta.

Ao contrário de hoje, eu acho que nós começávamos a ser adultos mais cedo. Com 17 ou 18 anos, naquele período, conforme o seu grau de inserção, de consciência social e política, de desenvolvimento emocional, você já era um adulto pronto para enfrentar muitas coisas. Uma das vantagens da democracia é que se

⁵ Escola de Comunicação e Artes da Universidade São Paulo



retarda um pouco essa vida adulta. Eu vejo isso pelos meus filhos, pelos amigos dos meus filhos. Isso é bom, não é uma crítica, ao contrário, eu acho que viver um pouco mais a adolescência a fase da irresponsabilidade e da experiência é uma coisa interessante. Infelizmente, a minha geração, e as que tiveram uma trajetória semelhante com a minha, teve isso cortado um pouco cedo demais.

AE: Você optou por fazer a Faculdade de Filosofia. E como era a Faculdade nesse momento crítico?

JCN: Como eu disse a você, eu entro no curso de Ciências Sociais na Escola de Sociologia e Política, que eu frequentava no curso noturno. E, no período vespertino, eu fazia Filosofia na USP⁶. O que eu encontrei? Primeiro uma decepção geral em relação ao curso. Por que decepção? O curso de Filosofia tinha sido recém desmontado. Hoje, colegas da área de Filosofia que são professores-titulares, na época eram mestrados, auxiliares de ensino e eram eles que seguravam o curso. O Franklin Leopoldo e o Ricardo Terra foram os meus primeiros professores e eles eram mestrados. Ricardo e Franklin têm quatro anos a mais do que eu e eram meus professores numa turma de cinquenta alunos. E, ao mesmo tempo, o ambiente era hostil, eu estava no olho do furacão de uma possível resistência acadêmica à ditadura militar, que era a Filosofia da USP.

Então nós não sabíamos se a pessoa que sentava ao nosso lado era um policial ou era um colega como a gente. Os professores precisavam falar com limites, porque senão eram presos mesmo. Boa parte dos professores ou estava aposentada compulsoriamente ou estava procurando ares melhores para continuar a sua vida acadêmica, muitos deles estavam na França, outros em países como a Alemanha. Então o nosso curso era sustentado por pessoas em formação, ainda no início, apesar de serem ótimos intelectuais, como se revelaram ao longo de suas carreiras, mas eram jovens que estavam dando aulas para jovens num ambiente hostil, politicamente. A Filosofia chegou a um ponto em que ela quase chegou a ser fechada, porque não tinha professores com grau suficiente para sustentar o curso. Tanto é que houve um ato de puro desprendimento e, ao mesmo tempo de extrema

⁶ Universidade de São Paulo



coragem – aproveito e faço aqui uma homenagem a professora Maria Silva de Carvalho Franco que depois se tornou minha orientadora no doutorado – a Maria Silvia saiu do curso de sociologia para ser a chefe do Departamento de Filosofia para poder sustentar o curso, um ato de coragem naquele momento, porque ela já era professora titular. Então era esse o clima. Dizer que era um clima legal? Não! E o mesmo ocorria na Sociologia e Política que era outro “antro de subversão” aos olhos do DOPS e dos órgãos de repressão. Esse clima era o que todos nós respirávamos, mas, ao mesmo tempo, isso nos levava a pensar saídas, a pensar resistências e como saber.

O meu primeiro ano foi, então, de tentar reconhecer o terreno, reconhecer quem, numa sala de cinquenta alunos, era ou não da polícia, começar a entender um pouco o funcionamento da universidade, tudo isso misturado com o fascínio de estar na USP, que era uma meta que eu tinha buscado. Tudo isso dentro de um quadro de descobrir a cidade e então eu parti para fazer algumas coisas: comecei a fazer teatro amador, comecei a melhorar minhas leituras, a fazer leituras paralelas, comecei a me inclinar fortemente a uma visão política ligada à esquerda, ao marxismo; aprofundei as minhas leituras, aprendi a andar com meus livros encapados de papel marrom para ninguém perceber que eu estava lendo *O Capital*, por exemplo; livro que eu, aliás, conseguia comprar escondido na banca do Raul Matheus Castelo, livreiro da faculdade, que nos vendia depois do expediente livros sobre marxismo, sobre leninismo, da esquerda em geral que nós precisávamos comprar escondidos, como se fosse a compra de uma droga, de uma cocaína da vida. Então, essa atividade de estar numa universidade legal, mas de ter quase que uma vida paralela, clandestina, sem ser militante político. Era uma coisa muito maluca, para dizer o mínimo; eu tinha 17,18 anos. Então esse período foi muito marcante e certamente forjou um estudante diferente de um estudante normal, como toda a minha geração da USP, que estava principalmente nas humanidades e tinha essa percepção de que você estava lá fazendo alguma coisa que não era só estudar.

E cada vez mais eu descobria que não era possível só estudar naquele período. Isso foi marcando minha trajetória como estudante. Eu já sabia que, em algum momento, eu iria ter uma atividade política, só não sabia como. Oito meses



depois, no segundo semestre, eu fui sondado pela ALN - Aliança Libertadora Nacional - que na época estava completamente dizimada, mas que ainda tentava formar alguns focos de resistência. Eu tive com eles três reuniões, absolutamente surrealista para os padrões: encontrava em um ponto de ônibus com uma pessoa, depois ela me levava para outra que me mandava para o Parque Ibirapuera e que eu ficasse sentado num banco lendo jornal durante uma hora. Aí aparecia uma pessoa que sentava no meu lado; coisas que hoje a gente vê em filmes de espionagem da Guerra Fria, mas que, de certa maneira, essas organizações faziam aqui. Depois de três reuniões com esse grupo que ainda insistia na luta armada, eu vi que essa não era a minha praia. Eu achei que não era por aí que as coisas podiam se resolver, tinha pelo menos a percepção de que não era por aí e desisti disso e continuei no primeiro ano de reconhecimento como estudante. Mas, logo em 1973, eu me reuni com estudantes que já estavam terminando a faculdade e que traziam a história de 1968, 1969, na época em que tudo foi fechado, e nós entramos com um movimento de reconstrução do Centro Acadêmico de Filosofia.

Hoje com a UNE⁷ e as instâncias estudantis funcionando há muito anos - nós entramos num movimento perigosíssimo de reconstrução do Centro Acadêmico de Filosofia, que, na época, deveria ter 250, trezentos alunos no máximo. Esse foi meu primeiro ano. E, no final do ano, eu resolvi deixar o curso de Ciências Sociais. Eu achei que minha praia era a Filosofia, principalmente filosofia-política. Eu também achei que Filosofia seria mais abrangente para aquela coisa da minha vida que eu ainda não sabia o que ia acontecer, ou atividade política, ou atividade ligada ao mundo acadêmico. E foi exatamente nesse impasse, e já realizando uma atividade política no movimento estudantil, nesses termos, que eu coloquei, eu resolvi deixar a Ciências Sociais como curso acadêmico, embora até hoje eu não tenha me desprendido dela. Eu fiz a minha graduação e a minha pós-graduação na área de Filosofia, mas minha atividade de pesquisa tem tudo a ver com sociologia, com a história e essa multidisciplinaridade é que marcou minha carreira acadêmica e me marca até hoje.

⁷ União Nacional dos Estudantes



AE: E nessa fase como era a sua relação com o livro, você frequentava as bibliotecas, você já frequentava a Biblioteca Mário de Andrade, como é que era?

JCN: A minha relação com os livros começou em Ibitinga; começou em minha casa, depois passou para a biblioteca que nós formamos e que hoje seria uma biblioteca comunitária. Passou fortemente no cursinho. Eu sempre fui um “rato de biblioteca” e em São Paulo eu descobri as livrarias e descobri os sebos e descobri a Mário de Andrade, porque a Mário de Andrade era o lugar onde eu estudava, o lugar onde eu ia buscar livros. Na época ainda existiam filas para entrar na Mário de Andrade e eu fazia isso pelas manhãs. Como meu cursinho era na Caio Prado... Minto, o meu cursinho era de manhã e eu ia para a Mário de Andrade à tarde e, à noite, eu fazia o colégio que era em Pinheiros. Então eu não voltava para casa, eu morava no Cambuci no primeiro ano, em 1971. Então eu vinha de manhã para o cursinho, almoçava por lá e, geralmente à tarde, eu ficava estudando no cursinho, vendo alguma atividade lá, ou eu vinha para a Mário de Andrade estudar no salão; muitas vezes usando livros da Biblioteca, muitas vezes levando material. Eu passei grande parte da minha vida em 1971 na Mário de Andrade. E, à noite, eu ia para o colégio, na Rua Capote Valente, um colégio fraquíssimo, praticamente para constar o diploma e fechar o curso.

Mas foi muito interessante essa época, eu me encantei pela biblioteca, é claro que já havia passado aquela época dos “adoradores da estátua” e aquela efervescência intelectual toda, porque a época não era das melhores, mas a Biblioteca era viva, interessante. Eu fiquei fascinado com aquilo, imagina, a biblioteca que eu conhecia era de 80 metros quadrados, de repente a Mário de Andrade! Então foi muito interessante, foi um contato prazeroso, que também fez parte da minha descoberta da cidade.

AE: E depois você ser convidado para ser diretor da Biblioteca. Como foi esse processo?

JCN: A história é longa que me fez chegar à Biblioteca Mário de Andrade, mas basicamente, eu, depois que terminei minha graduação em Filosofia, e passando por



um período de intensa atividade política, eu militei durante 11 anos numa organização de esquerda, a Organização Socialista Internacionalista, que, entre outras coisas, fundou uma tendência estudantil fortíssima na época: a “Liberdade e Luta” - a conhecida “Libelu” - passando por toda a reconstrução do movimento estudantil, as primeiras greves do ABC que eu participei como militante de esquerda, início do novo sindicalismo com o Lula, etc, toda a reconstrução da CUT, participei da CONCLAT, que foi o congresso das classes trabalhadoras que deu origem à CUT⁸, tive uma participação muito forte. E, em 1982, eu resolvi voltar para a Universidade.

E, ao voltar para a Universidade, eu já tinha passado por uma trajetória ligada ao livro e ao mercado editorial, porque, em 1977, quando eu consegui sair da USP, eu tinha feito todo atrasado o meu curso, primeiro o bacharelado, depois um ano de licenciatura, tinha que sair de qualquer forma da USP e do movimento estudantil. E foi o ano em que filosofia tinha sido extinta do segundo grau. Então não tinha onde trabalhar e eu tinha, obviamente, que me sustentar.

Então eu e mais dois colegas criamos uma livraria e uma editora, que obviamente eram de esquerda, que se chamava Kairós. E, na Kairós, eu aprendi a ser editor, a fazer livros; e tive, definitivamente, hoje eu sei disso, uma inserção definitiva no mundo do livro e da leitura. Em 1982 eu vendi a Kairós e voltei para a USP para fazer a pós-graduação, comecei meu mestrado e, em 1984, eu entrei na UNESP⁹. Eu fiquei apenas quatro anos na atividade acadêmica e, em 1988, com a editora da UNESP com poucos meses, eu fui convidado para ser o editor executivo e formar a editora da Universidade.

Então eu voltei a uma atividade profissional muito forte na área do livro e assim foi minha trajetória dentro do mundo editorial. Com a UNESP, depois eu me tornei presidente da Associação Brasileira das Editoras Universitárias, e foi, justamente, no meu último ano como presidente da Associação, numa Bienal de São Paulo, que eu encontrei o Professor Marco Aurélio Garcia, que era o Secretário de Cultura da cidade de São Paulo na gestão da Marta Suplicy. Na abertura da Bienal – fazia um bom tempo que eu não encontrava o Marco Aurélio –, ele me olhou de

⁸ Central Única dos Trabalhadores

⁹ Universidade Estadual Paulista



maneira estranha e me disse: “Preciso falar com você”. Eu achei que iria vender os livros da Editora da UNESP para a rede pública da cidade de São Paulo e, logo dois dias depois, ele me telefonou e me convidou para ir até o gabinete dele num final de tarde e eu fui lá com um catálogo da Editora. Eu, sinceramente, achei que era para vender livros, porque o Marco Aurélio já havia dito que tinha planos de expandir acervo e essas coisas todas, e lá ele me fez o convite que me pegou absolutamente de surpresa. É claro que eu não dei uma resposta imediata, porque eu tinha que falar com o reitor da universidade. Eu tinha responsabilidades, continuava dando aulas em Araraquara e continuava dirigindo a Editora aqui. Estava no fim do mandato na Associação, uma atividade muito intensa e que me ocupava muito, mas fiquei muito interessado no projeto, porque o Marco Aurélio soube fazer o convite para uma pessoa com o meu tipo de comportamento; que gosta de desafios e que gosta de enfrentar coisas difíceis, principalmente na área pública e na área social e cultural. Então ele me fez um convite pensando na renovação da Mário de Andrade, numa atividade de resgate, porque a Mário de Andrade era a segunda instituição de preservação do Brasil, tinha um acervo de dimensões nacionais, como de fato tem, e era um símbolo da cidade de São Paulo, da cultura brasileira e estava numa situação extremamente precária.

Ele tinha plano de reformar e renovar a Biblioteca, a prefeitura tinha esse plano e ele precisava de uma pessoa que viesse a interromper uma série de acontecimentos que vinha a se suceder na Biblioteca. E ele queria uma pessoa que fosse de fora desse meio para poder começar um novo ciclo. Eu achei interessante, fiquei tentado a aceitar na hora, mas tive a prudência de pensar dois ou três dias e de conversar com o reitor da época que me incentivou absolutamente a assumir essa função. E foi assim que eu aceitei esse desafio de início de modernização da Mário de Andrade. A única coisa que eu não sabia é que a situação estava tão grave.

AE: E como foi esse impacto, esse primeiro contato como diretor de uma instituição que estava mal das pernas mesmo?



JCN: O impacto foi muito grande e ele foi aos poucos se consolidando. Como esse é um depoimento para a história da Mário de Andrade eu acho que ele tem de ser com todas as letras. Eu não costumo não ser sincero em depoimentos, até porque eu não sou candidato a nada. Geralmente as pessoas que são candidatas têm precauções em dizer certas coisas, mas como eu não sou candidato a absolutamente nada, meu depoimento vai ser sincero. Eu tive muitos impactos de várias ordens. A minha primeira visita que eu fiz à Biblioteca, junto com o secretário de cultura Professor Marco Aurélio, foi uma visita de apresentação da Biblioteca e o diretor da época, junto com o Marco Aurélio, me mostrou a Biblioteca que as pessoas normalmente veem, a Biblioteca sem os seus bastidores. Então eu vi uma situação precária, mas administrável, digamos assim.

Eu, na época, já tinha uma certa experiência como gestor público, sabia das dificuldades, inclusive financeiras, mas era algo razoavelmente administrável. A Biblioteca tinha falhas e problemas evidentes, mas eu achei que daria para trabalhar num determinado nível de intervenção. Foi só depois dessa visita que eu aceitei a incumbência. O que eu não sabia é que o próprio secretário não sabia o verdadeiro estado da Biblioteca, porque as pessoas ainda não tinham feito de fato uma entrada na biblioteca como se devia. Isso do ponto de vista das condições físicas e do acervo, das qualidades e do estado do acervo. Por outro lado existia uma questão política que eu não sabia até aquele momento e creio que o próprio secretário não sabia daquilo, pelo menos de maneira total, que era justamente a resistência que o meu nome iria ter perante o quadro de funcionários da casa. E, mais do que a dos funcionários, a resistência dos bibliotecários da cidade de São Paulo de modo geral. Tanto é que quando eu cheguei para tomar posse com o secretário, eu e a bibliotecária Marfísia Lancelotti, como diretor geral e técnica da biblioteca. No ato da posse no auditório, um grupo de bibliotecários, alguns da casa e outros de fora – depois eu soube que eram ligados à associação dos bibliotecários do município; estavam vestidos de preto e sentados no fundo do auditório. Eu achei estranho um pouco estranho aquela manifestação, e claro que eu percebi que era uma manifestação, embora silenciosa, também senti a frieza dos bibliotecários à minha nomeação.



Foi uma nomeação bem saudada pela imprensa; modéstia à parte, eu tinha feito um bom trabalho junto às editoras universitárias, junto da própria editora da UNESP, tinha uma carreira acadêmica normal, mas coerente como professor universitário produtivo. Então a imprensa saudou bastante a minha nomeação, não senti nenhuma hostilidade. Eu senti hostilidade dessa reticência por parte de alguns bibliotecários; por outro lado, a maioria dos funcionários da casa me acolheu de forma muito calorosa, muito gentil, muito afetiva. E logo que eu cheguei, o meu primeiro dia foi dia de visita para conhecer. E, exatamente quando eu cheguei, no meio da visita, eu falei para a Marfísia: “Vamos suspender essa visita e eu vou voltar amanhã com a minha máquina fotográfica, porque isso merece um relatório circunstanciado porque a situação é muito mais grave do que eu estava pensando”. E foi justamente essa visita que provocou este relatório que foi um relatório-diagnóstico que eu entreguei em meados de julho e agosto de 2002, um relatório circunstanciado que eu fiz três cópias. Uma é esta que eu mantenho comigo, outra que eu deixei nas mãos do secretário de cultura do município, e outra que foi enviada à prefeita. Minto, foram quatro cópias, uma ficou no arquivo da Mário de Andrade, arquivo este que começou com este relatório-diagnóstico, porque, entre as coisas que não havia na Biblioteca, era um arquivo da sua própria história e da sua documentação, que estava absolutamente fragmentado em diferentes lugares. Ou seja, o arquivo começou na gestão minha e da Marfísia, em 2002, para reunir a memória da Mário de Andrade. Por isso eu fiquei tão feliz quando você me convidou para dar este depoimento, porque eu tive a notícia de que está sendo feito o registro oral, porque eu acho que só assim é possível resgatar a memória da Mário de Andrade.

Então, se você me perguntar o que funcionava bem na Biblioteca, eu responderei com toda segurança: “Nada funcionava bem na Mário de Andrade”. Até porque não podia funcionar e o que funcionava bem funcionava pela garra e pelo esforço dos funcionários da Biblioteca. Eu disse isso na época, escrevi isso em artigos que foram publicados na imprensa e repito aqui para você. Quer dizer, era uma Biblioteca pelo porte, pela magnitude do acervo, pelo tamanho do prédio e, é claro, quanto maior o equipamento, maiores são os problemas de manutenção. Era uma biblioteca que só funcionava porque os funcionários faziam funcionar, porque a



biblioteca estava, do ponto de vista hidráulico... Eu que pensei que iria trabalhar com acervo, modernização do acervo, introdução de equipamentos, internet, informática, eu tive que voltar nas minhas pretensões, e tentar resolver o primeiro problema da Biblioteca, o mais evidente que, de cada dois, três dias estourava um cano na parede e inundava uma parte da Biblioteca. Isso não era um evento que acontecia de vez em quando, acontecia a cada três, quatro dias, com inundações que minavam da parede. Então o sistema hidráulico, ou seja, arrancar canos, tubulações, tinha que ser feito a partir da parede, tanto é que as fotos do relatório comprovam uma prática da secretaria da época, que era manter os buracos abertos nas paredes da Biblioteca. Então os compartimentos internos, inclusive na sala de leitura, pareciam uma Biblioteca bombardeada, porque existiam crateras.

A manutenção abria as paredes para achar onde estava vazando, fazia um conserto como dava. Nós encontramos até consertos com durepox e, quando não havia durepox na caixa de manutenção da secretaria, eram feitos consertos com fita isolante no buraco do cano que estava podre, amarravam com sacos plásticos de lixos, passavam nova fita isolante em cima e deixavam o buraco aberto, porque aquilo, em algum momento, ia ceder e eles iam voltar para fazer novo conserto. Essa era a situação hidráulica da Mário de Andrade, e é importante que isso seja colocado com todas as letras. Foi assim que eu encontrei a segunda biblioteca do país. Isso está no relatório-diagnóstico.

Então esta situação de emergência da hidráulica, não preciso dizer a você que os banheiros da biblioteca ou funcionavam de maneira precária ou não funcionavam, estavam trancados e, principalmente os banheiros para o público, eram de quinta categoria, coisas com manutenção absolutamente precária, banheiros nojentos para serem utilizados pelo público: fétidos, com azulejos caídos, portas que não fechavam, acessibilidade então para deficientes nem pensar; enfim, uma situação precária do ponto de vista hidráulico, de higiene, de todos os sentidos. Por outro lado, se prevê que uma biblioteca, para você ler, precisa de iluminação, mas a maior parte da biblioteca estava às escuras, com iluminação precária ou sem iluminação, isso tanto para o público que pegava os livros para ler na sala de leitura ou em outros recantos, como também para os funcionários da torre. Muitas vezes a demora para se pegar um livro é porque o funcionário não encontrava o livro no



escuro. Fora, obviamente, as condições de trabalho, que eram precárias do ponto de vista da iluminação.

A situação de equipamentos de trabalho ou mesmo de acesso a internet ou de catalogação era extremamente precária. Existiam alguns computadores, que foram deixados pela gestão Luísa Erundina, quando a secretária era a Marilena Chauí, que tinha começado um processo de digitalização do acervo para um acesso mais moderno e não através das famosas fichinhas de papel, mas que tinha parado no final da gestão Erundina. Eram computadores de tela verde que funcionavam precariamente, mas que não tinham nenhum acesso à internet. O único computador que eu encontrei, quando cheguei, era o computador do ex-diretor, que era um computador privado, então simplesmente não existiam computadores e muito menos acesso à internet.

Os espaços estavam todos, fora alguns espaços tradicionais da Biblioteca, por exemplo, a Sala de Raros, mais a sala Sérgio Milliet de livros de arte, o restante estava tudo muito mal alocado. Nós tínhamos aquela sala oval que imagino que tenha sido concebida para atos, reuniões, eventos, exposições e que estava tomada pela leitura de jornais. Nós tínhamos uma situação nos bastidores, por exemplo, todos os porões estavam abarrotados de lixo, inclusive lixo de doação e aquilo estava criando bichos e todo tipo de inseto, de fungos, que obviamente é um absurdo do ponto de vista técnico para uma biblioteca de preservação e com a quantidade de livros raros que a Mário de Andrade tem. Então, nós tínhamos todo o porão tomado por lixo. A reforma que tinha sido feita pela secretária Marilena Chauí, que ficou incompleta porque a gestão seguinte do Paulo Maluf não deu continuidade, toda a parte de laboratórios, de restauração, de encadernação tinham sido tomados pelos vazamentos. Então tinham sido trancados e colocados em depósitos, estantes. Vocês podem ver e seria inclusive em algum momento filmar essas fotos, estava tudo tomado por lixo e lixo gerando bichos, fungos, insetos que estavam ameaçando constantemente a Biblioteca.

Então, você imagina, foi essa a situação que eu e Marfísia encontramos na direção da biblioteca. Com um quadro de pessoal ainda precário, do ponto de vista do número de pessoas, do número mesmo de bibliotecários. Uma parte dos funcionários com muita dedicação, volto a dizer, mas insuficientes, sem formação



técnica para tocar uma biblioteca daquele porte, com aquela missão de preservar. Sem contar a frequência, que era baixíssima. Aí foi um momento em que eu me lembrei dos meus tempos de estudante do Equipe em que eu ia estudar na Mário de Andrade e que eu tinha que pegar uma certa fila para garantir um lugar na sala de estudo. A frequência era muito baixa, 150, duzentas pessoas por dia, a maior parte leitores de jornal. Sem contar alguns outros tipos de problemas que eu descobri logo que a primeira equipe de televisão - não me recordo se foi a Band ou a Globo - visitou a Biblioteca, logo na segunda semana que eu estava lá. E eles foram fazer uma filmagem e assim que passaram na sala de leitura de jornais e acenderam as luzes, houve protestos veementes de pelo menos duas pessoas que estavam lá que diziam que eles não podiam ser filmados, que era um abuso de privacidade e saíram esbravejando. Logo depois eu fui avisado pela segurança que não era à toa que eles tinham tido aquela reação, porque eram chefes do tráfico de drogas que distribuíam drogas na Praça Dom José Gaspar, que não era a praça arrumada que nós temos hoje, era uma praça absolutamente detonada, a operação de recuperação do centro estava começando naquele momento na gestão Marta e eles, enquanto a meninada distribuía drogas na praça eles ficavam na Biblioteca fazendo leituras de jornal. Então parte de nosso público de leitores era formada por chefes do tráfico local, que obviamente não queriam ser filmados.

A Biblioteca, além de não ter leitores, abrigava esse tipo de gente, sem nenhum controle. Acontecia de tudo, era um circo de horrores, na verdade, aquele momento da Mário de Andrade. Agora, diante desse desafio só tinha uma atitude a tomar, ou eu dizia ao professor Marco Aurélio que não dava ou arregaçava as mangas e dizia: “Não, vamos baixar as expectativas, não está na hora de mexer com o acervo, não está na hora de fazer outra coisa a não ser estabelecer as condições mínimas, básicas para o início de um processo de modernização dessa Biblioteca que, seguramente, vai levar muitos anos, muito além dessa gestão”. Então, meus dois anos foram justamente nesse sentido. Foram o de se tentar criar uma mentalidade de modernização de longo prazo de recuperação da Mário de Andrade. Eu e a Marfísia fizemos um trato: vamos fazer uma operação de resgate e depois as próximas gestões recuperam a Biblioteca da melhor maneira possível.



AE: Castilho, retomando, se você puder contar como foram essas primeiras ações que você foi obrigado a tomar para garantir o mínimo de condições e depois falar um pouco sobre a reforma administrativa, como é que surgiu essa formulação?

JCN: Perfeito. Como eu coloquei para você, nós estávamos numa situação rigorosamente precária. Vale a pena acrescentar mais um dado para vocês terem ideia, é que a biblioteca não tinha PABX também. A Biblioteca tinha dois números de telefone, um funcionava na portaria e o outro na sala da direção. Então você imagina uma biblioteca com 21 andares e na época com 150 funcionários, as três telefonistas que tinha anotavam o recado e saíam atrás da pessoa para dar o recado. Esse foi o cotidiano dos funcionários durante cinco anos em que eles não tiveram telefone. Isso foi só para completar as informações anteriores do quadro de precariedades.

A partir desse diagnóstico que nós fizemos, eu deixo uma cópia com vocês, eu vou colocar aqui as recomendações que nós fizemos ao secretário e à prefeita; quando falo “nós”, sou eu e Marfísia Lancelotti. Nós dissemos claramente que todas as questões da Mário de Andrade passavam por vários níveis: administrativo, recursos humanos, serviços, equipamentos, conservação e segurança. Então nós fizemos algumas recomendações: 1º) Reforma administrativa, buscando a autonomia da Mário de Andrade no menor prazo possível, ou seja, tentar transformar a Biblioteca pelo menos num departamento. 2º) Uma reforma geral do edifício, criando novos espaços de acervo e atividades. Na época, quando eu cheguei, já havia um pré-projeto arquitetônico de reforma e ampliação da Mário de Andrade apresentado pelo arquiteto Fábio Penteadó. Nós incentivamos essa ideia, a necessidade de se fazer isso. 3º) Reformas emergenciais: instalação de sistema de prevenção e combate a incêndio; solucionar os problemas hidráulicos com a reforma geral do sistema instalado; reparar e readequar o sistema elétrico, redimensionando esse sistema para novas exigências e novos equipamentos – iluminação, principalmente – finalizar instalação do sistema de ar-condicionado e filtros; inventariar o acervo – porque isso também era uma coisa estranha – eu pedi: “O que nós temos aqui na Mário de Andrade? Qual é o acervo?”. E chegaram vários números, dependendo do departamento; classificar esse acervo de maneira



adequada e preservar junto à Secretaria e à Prefeitura um sistema de manutenção adequado e permanente da Mário de Andrade; fazer a revitalização e o desenvolvimento dos diversos setores de recursos humanos da Biblioteca, treinar pessoas, fazer cursos, trazer pessoas especializadas, etc; criar uma nova sociedade de amigos da Biblioteca Mário de Andrade, no sentido do que existe hoje tanto na Biblioteca Nacional, como nas diversas instituições culturais, ou seja, inserir a sociedade civil na manutenção e na responsabilidade de ser guardião da Mário de Andrade; instalar e ampliar o serviço de informática: acesso à internet a partir de convênios e da ação da própria prefeitura; criar espaços culturais na Biblioteca, ampliar a exposição do seu acervo, exposição das obras de artes que têm na Biblioteca, criar e ampliar cursos e palestras de formação, que é uma marca registrada na história da Mário de Andrade e para isso foi proposto e criado na época o Colégio de São Paulo; e buscar um orçamento próprio para a Mário de Andrade.

Essas foram as recomendações que nós entregamos ao Secretário, daquilo que nós chamávamos de início de um resgate da Mário de Andrade que nós queríamos fazer até o fim da gestão, criando as possibilidades para que a Biblioteca entrasse de fato num outro ciclo. E, para que isso acontecesse, nós tomamos algumas iniciativas à frente da direção da Biblioteca. Uma delas foi, obviamente, a gestão conjunta com o poder público municipal para conseguir mais verbas próprias para as questões emergenciais da Mário de Andrade. O segundo movimento, que foi paralelo, era buscar, junto à sociedade, convênios, incentivos financeiros e parcerias para também poder realizar essas atividades de modernização da Biblioteca, de resgate. Então, os dois anos e meio em que eu fiquei na Biblioteca foram marcados por essa parceria com o setor privado ou do terceiro setor, e também pressionando a prefeitura para ceder verbas para as reformas emergenciais. E tudo o que nós conseguimos fazer nesses dois anos e meio foi com recursos dessas duas origens.

Na parte de hidráulica, como eu disse a vocês, era uma situação angustiante. Nós conseguimos que a prefeitura bancasse toda a reforma do sistema hidráulico do prédio, nós trocamos todo o sistema hidráulico, todos os vazamentos vindos do encanamento. Os poucos vazamentos que sobraram foram do problema da impermeabilização das lajes, que eram menos emergenciais do que os



encanamentos, porque as lajes estavam sempre sobre equipamentos da Biblioteca que não eram os livros, então nós dirigimos todos os recursos para o encanamento, porque os canos podiam estourar em qualquer lugar, como de fato estouravam dentro do acervo, dentro da torre, dentro da sala de leituras etc. A prefeitura, então, fez um primeiro investimento, a reforma durou alguns meses, nós trocamos todos os equipamentos, colocando encanamentos adequados para uma biblioteca de preservação; então, foram encanamentos de cobre bem ajustados, com supervisão técnica dos engenheiros da Secretaria, que foram excelentes naquele período, vistoriando a obra a todo o momento.

Fizemos primeiro todo o encanamento e começamos a resolver também o problema de receber as pessoas dentro da Biblioteca e para isso tomamos duas iniciativas: uma foi rever a iluminação da Biblioteca. Nós fizemos toda uma reforma a partir de um projeto que nos foi oferecido gratuitamente por duas alunas de arquitetura da FAAP¹⁰, que fizeram toda a medição de iluminação da Biblioteca - se não me engano esse projeto está no arquivo da Biblioteca, nós deixamos lá. A iluminação da Biblioteca mal chegava a 50% da luminosidade necessária, em alguns lugares era bem menor do que isso. Então foi feito todo um projeto de re-iluminação e de reaproveitamento energético da Biblioteca e conseguimos isso com um convênio que fizemos com a Eletropaulo a partir do projeto das arquitetas da FAAP, de forma que nós acrescentamos um percentual muito grande de luminosidade dentro da Biblioteca, tanto para os leitores como para o conjunto da Biblioteca, principalmente na torre – uma iluminação que vai seguir, pelo que me foi informado, mesmo após esta reforma que está em curso – e ao lado dessa reiluminação, ou seja, aumentou a luminosidade e reduziu o consumo de energia elétrica em mais de 30%. Então essa parte nós conseguimos atingir. E fizemos também a reforma dos banheiros.

Depois da reforma hidráulica, nós fizemos a reforma dos banheiros, que eram banheiros, como eu disse a vocês, sem nenhuma condição de uso do ponto de vista da higiene, em todos os sentidos. Então nós fizemos uma reforma grande em todos os banheiros, arrancando os encanamentos e começando uma reconstrução da maior parte dos banheiros. Não mexemos em alguns banheiros dos andares

¹⁰ Fundação Armando Álvares Penteado



superiores porque isso estava previsto para uma reforma de maior amplitude, na readequação dos espaços. Mas todos os banheiros abertos ao público foram reformados, restando alguns banheiros ligados ao público interno da Biblioteca, que seriam objetos de uma reforma posterior.

Outra iniciativa, que fizemos junto com o Instituto Embratel, foi criar uma sala de informática, uma espécie de telecentro, como é chamado hoje, e fizemos junto com o Instituto Embratel. Com o Instituto Embratel nós fizemos parcerias muito interessantes e começamos a digitalização do acervo de obras raras da Mário de Andrade. Digitalizamos... não me lembro quanto; foram milhares de páginas digitalizadas. Inclusive, quando teve este episódio triste do roubo da biblioteca, há uns três anos atrás, eu fiquei, por um lado, triste com a notícia, mas ao mesmo tempo satisfeito, porque as obras que tinham sido roubadas tinham sido digitalizadas e elas puderam ser melhor identificadas por estarem digitalizadas. Eu imaginei se isso não tivesse acontecido, para você ver como é importante o trabalho continuado nessa área. Não pode parar, é o tipo de coisa que não pode parar. Então nós iniciamos este trabalho de digitalização de milhares de páginas que, ao mesmo tempo, fizeram parte da reformulação da página virtual da Mário de Andrade que, naquele momento, praticamente não existia, era uma página estática. Nós reformulamos totalmente a página também com o auxílio do Instituto Embratel.

Começamos a transmitir as palestras do Colégio de São Paulo, que foram atividades bem sucedidas em todos os sentidos, nós contabilizamos em dois anos mais de 35 mil pessoas, se não me falha a memória, que participaram de aulas gratuitas com os melhores nomes da universidade brasileira. Então tudo isso fez parte do que nós chamamos na época de uma inserção da Mário de Andrade na era da informática. Criamos lá embaixo essa sala que a Embratel construiu e que tinha sete ou oito computadores com acesso livre à internet. Uma TV que transmitia também programas educativos e culturais do canal da Embratel e de outros canais que podiam ser acessados por antena parabólica. E criamos um pequeno núcleo, que, espero, tenha sido só o pequeno núcleo de inserção da Mário de Andrade depois de reformada numa atividade forte de modernização na área de informática.

Nessa área de informática, nós também fizemos uma outra parceria interessante, que foi já no final da minha gestão e que apenas deu tempo apenas de



instalar e começar a dar os primeiros passos, junto com a Secretaria da Educação do município, porque eu considerava, na época – e continuo considerando – que a cultura não pode caminhar separada da educação e a educação não pode caminhar separada da cultura. Então eu achava muito estranho e muito ruim que ambas as secretarias, principalmente nessa área do livro e da leitura, não caminhassem juntas, não tivessem atividades conjuntas. Na época, eu propus ao já então Secretário de Cultura da época, o Celso Frateschi, e à Maria Aparecida, que era a Secretária de Educação, que chegassem a um entendimento, a partir de uma proposta nossa, de se criar, na Mário de Andrade, uma sala de apoio de acesso à internet e de extensão dos cursos da prefeitura, onde os professores poderiam vir, ter acesso à internet, dar aulas, usar o acervo da Biblioteca, fazer reuniões, preparar as suas aulas, trazer os alunos.

A Secretaria da Educação, então, também tinha montado uma sala com 16 computadores, com internet de banda larga e com uma pequena biblioteca, com TV e vídeo cassete para formar isso. Foi uma atividade que depois eu tive notícia que não teve continuidade, mas foi um momento de expectativa de cooperação entre as duas secretarias. Pena que isso aconteceu no fim da gestão e talvez a gestão posterior não tenha se sentido segura em continuar esse projeto ou talvez não tenha ocorrido entendimento entre as duas secretarias. Eu gostaria que isso tivesse acontecido antes, porque hoje, por exemplo, no Plano Nacional do Livro e da Leitura que eu estou dirigindo no governo federal nós temos essa intersecção entre Educação e Cultura, que está dando muito certo. É uma proposta que eu já deixo no depoimento para se transmitir aos secretários, porque deveria continuar na cidade de São Paulo. É uma gestão muito promissora quando você une a escola com a atividade cultural dentro de uma biblioteca, é fundamental.

Então, a Biblioteca foi... Com essas ações nós tentamos recuperar não só a frequência e uma medição de frequência diária, contando, como eu continuo considerando que deve ser contado, como usuário da biblioteca não apenas o usuário que entra na sala de leitura para ler um livro, mas também aquele que entra para ver uma exposição, ver o curso, a palestra que está sendo dada, a tela de cinema que está sendo projetada, aquele que vai acessar a internet para ver o seu e-mail, aquele que vai fazer uma pesquisa acadêmica, enfim, entrou na biblioteca,



entrou naquele espaço que hoje, de maneira contemporânea, é um espaço de multiuso. A biblioteca é um espaço multi-cultural, é um espaço privilegiado para esse tipo de cliente, então todos devem ser considerados. E nós passamos daquela faixa de 150, 200, 250 como no início da gestão e no último ano nós já estávamos com 1300, 1400 pessoas frequentando a Biblioteca, considerando esse conjunto de pessoas que entravam na Mário de Andrade. Isso tudo registrado etc, etc.

Então, eu, do ponto de vista final, que é esse relatório que eu já passei para vocês, o relatório de gestão que eu entreguei para a prefeita Marta Suplicy e para o secretário Celso Frateschi, que encerravam o mandato, mas que também entreguei para o secretário que assumiu e também tive a oportunidade de entregar para o Dr. Luís Francisco, que foi o diretor da Biblioteca que me sucedeu, que é o relatório que nós tivemos a condição de chamar de “Resgate de uma Biblioteca”. Veja bem que nós não usamos a palavra “recuperação” ou “modernização” de uma biblioteca, mas eu acredito que esses dois anos e meio foram importantes para resgatar a Mário de Andrade do fundo do poço onde nós a encontramos. Uma das vantagens do fundo do poço é que não tem mais para onde ir para baixo: ou se sobe ou fica lá. Eu acho que nós conseguimos dar um pequeno salto, deixando, inclusive, um projeto arquitetônico, que, posteriormente, foi modificado na gestão seguinte. Mas ficou firme a ideia do poder público investir na reforma da Mário de Andrade como de fato está acontecendo. Quando o secretário Calil me telefonou, me convidando para a assinatura do convênio do início das reformas, foi uma das melhores notícias que eu tive nos últimos anos, apesar de não ser o projeto que eu deixei, mas eu acho que a ideia, o conceito de se fazer uma reforma foi uma ideia vencedora, porque era fundamental que isso acontecesse.

Então, eu considero, Ana, que esse período foi um período de resgate e acho também que foi um período de resgate da auto-estima dos funcionários que trabalhavam lá na Mário de Andrade, da atenção da cidade à Mário de Andrade. Eu posso deixar com vocês, embora uma cópia disso esteja no arquivo. Nós temos um calhamaço, como eu te mostrei quando começamos a falar, de repercussão, de matérias jornalísticas que começaram a sair sobre a Mário de Andrade. A Mário de Andrade não era mais notícia. Nós conseguimos voltar a atenção da cidade e da imprensa para a Mário de Andrade, inclusive para as falhas que nós eventualmente



tivemos ou para interpretações diversas sobre a condução da Mário de Andrade, provocando uma polêmica na página três do jornal com um colega da Universidade Federal de São Carlos. Tivemos uma polêmica razoavelmente ácida durante esse período, mas tudo isso aconteceu porque nós estávamos trabalhando na Mário de Andrade, nós estávamos mexendo na estrutura da Mário de Andrade, nós estávamos remexendo com aquilo que precisava ser feito na Mário de Andrade. Isso foi muito gratificante.

Eu posso garantir que nessa minha careca cada vez maior a Mário de Andrade tem uma certa culpa nessa minha nova estética. Mas foi muito produtivo e, depois de tudo isso, eu confesso que a minha maior satisfação pessoal - porque o gestor público sempre tem as suas satisfações institucionais públicas e tem as suas satisfações pessoais - a minha maior satisfação pessoal aconteceu depois que eu deixei a direção da Mário de Andrade. Foi no dia oito de março, se não me engano, que é o dia internacional da mulher, onde os funcionários da Biblioteca tradicionalmente fazem uma festa - uma festa muito íntima deles - e no dia oito de março de 2005, na copa da Biblioteca, na festa que eles fizeram, eu tive a satisfação de receber uma placa, que para mim é um troféu de agradecimento e reconhecimento dos funcionários da Mário de Andrade pelo trabalho realizado. Isso foi uma satisfação imensa, porque eu, que fui recebido por uma pequena parte, porém significativa, vestida de luto. Foi muito bom para mim, depois de dois anos e meio de trabalho duro, ter recebido essa homenagem que eu sei que foi muito sincera dos funcionários. Isso foi realmente muito legal, dá uma satisfação pessoal, são aquelas pequenas e profundas alegrias que o gestor público às vezes recebe. Isso foi muito legal, muito interessante.

AE: Castilho, eu queria que você nos contasse um pouco sobre o Colégio de São Paulo, que foi um sucesso, como você mesmo colocou no relatório e falou, chamou as pessoas de volta para a Biblioteca para assistir palestras de intelectuais renomados. Então eu queria saber como foi esse processo de fazer o Colégio de São Paulo e de chamar coordenadores para criar esses ciclos de palestras.



JCN: Isso foi uma atividade muito interessante. Foi uma ideia que surgiu do secretário Marco Aurélio Garcia. Eu gosto de dar crédito às pessoas, acho importante registrar isso. Foi uma ideia que, quando eu assumi, o Marco Aurélio já estava com ela até em andamento, embora ainda não executada. Isso começou exatamente quando nós assumimos a direção da Mário de Andrade e foi ótimo, não só executar, como inclusive auxiliar no aprimoramento dessa ideia. Porque, primeiro, foi aparentemente apenas um resgate dessa maneira da Biblioteca atuar junto à população de São Paulo e do Brasil, porque nós tínhamos muitas vezes pessoas de diferentes partes do Brasil assistindo as aulas e os cursos. Aparentemente era só uma coisa para o público externo, mas é interessante registrar que, antes de tudo, foi uma retomada dos próprios palestrantes, alguns deles faziam isso em momentos anteriores da história da Mário de Andrade e ficaram não só comovidos, mas muito motivados a participar dessa retomada das palestras na Mário de Andrade.

Você sabe que eu mesmo fui um palestrante da Mário de Andrade em 1982, quando eu estava retomando minha carreira acadêmica. Eu tinha sido convidado na época pela direção para fazer uma palestra sobre a constituinte, na época nós estávamos no movimento constituinte e, em 1982, eu vim fazer, aliás, foi a minha primeira palestra como professor universitário, na época eu ainda não era nem professor da UNESP, eu era professor da Fundação Vale Paraibano de Ensino em São José dos Campos e do Colégio Equipe. Eu voltei ao Equipe em 1982 como professor. Então você vê que era uma atividade que já existia. Eu acho que o sucesso do Colégio de São Paulo começou por aí; as pessoas se sentiam muito motivadas a irem lá dar palestras, ir à Biblioteca e dar as suas aulas, suas palestras, organizar os cursos com muito entusiasmo, até emoção mesmo das pessoas voltarem a Mário de Andrade com esse intuito. Foi muito interessante.

Aí o que nós fizemos? Nós fizemos também uma estrutura o mais profissional possível. Existia uma verba para essa atividade, o professor Francisco Foot Hardman era o coordenador direto dessa atividade junto com alguns funcionários da Biblioteca que davam todo o suporte logístico e operacional, mas houve uma concepção acadêmica, mesmo, e intelectual, no sentido de resgatar o valor dessas palestras para a Biblioteca e para a cidade de São Paulo, que, de fato, fosse um bem cultural para a cidade e, então, aquilo foi muito bem aceito. Houve também uma



repercussão muito boa da imprensa, havia uma repercussão pela internet e nós tivemos uma frequência muitíssimo interessante. Se não me falha a memória, você me corrija, se for o caso posteriormente no relatório, mas nós tivemos em torno de duzentas palestras e um público de quase 35 mil pessoas, o que dá 150, 180 pessoas por aula. Você imagina, não existe nenhuma faculdade de ciências humanas no país que tenha essa frequência em suas classes, muito menos as universidades públicas e gratuitas. E todos os cursos com professores renomados, com grande tarimba, alguns nem tanto, com o nome na mídia, mas com excelente carreira acadêmica. Foi uma atividade muito importante e que eu espero que depois da reforma seja continuada; primeiro, porque é o perfil da Mário de Andrade; segundo, porque é o perfil de uma biblioteca contemporânea; e, terceiro, porque é de uma absoluta necessidade de uma cidade metropolitana como São Paulo e, como eu disse, também do país, é importante essa referência.

O fato de nós termos gravado essas aulas e de estarem disponíveis até hoje no *site* da Biblioteca é uma fonte de referência não só de memória, mas também de intervenção intelectual que se possa fazer de maneira pública. Os intelectuais também se sentiram – vou usar uma expressão gramsciana, pelo menos em parte – como intelectuais públicos ao trabalharem de maneira ampla e não só ligados a um grupo pequeno de estudantes. E aconteceram fatos muito marcantes como, por exemplo, um dos frequentadores do curso de filosofia da professora Marilena Chauí, que eu me lembro, cuja ocupação era jardineiro, ele cuidava de jardins e ele foi de macacão sujo de terra buscar o seu diploma, seu certificado do curso e eu perguntei a ele o que ele tinha achado do curso e ele falou: “Olha, eu sempre fui um leitor de filosofia, sempre li muito os livros da professora Marilena Chauí e confesso que tinha uma certa dificuldade em entender, mas, ouvindo a professora falar, o mundo se abriu para mim”. E era uma pessoa que não tinha tido escolaridade, a não ser a escolaridade básica. É uma dimensão que uma biblioteca pública pode ter e que uma atividade como esta pode ter.

Então, eu acho que foi uma atividade com muito êxito do ponto de vista cultural, do ponto de vista da missão da Biblioteca, e trouxe a Mário de Andrade para junto da população. Eu sou francamente favorável que a Biblioteca seja uma instituição de portas abertas. A Biblioteca tem de ser ampla; tem de ser uma



Biblioteca viva, uma Biblioteca que acolha e que traga as pessoas para dentro dela em um número que, quanto maior, melhor. Eu acho que o Colégio de São Paulo foi um elemento importante para que também isso acontecesse e para que nós pudéssemos chegar a esse patamar e entrar nesse círculo virtuoso que ainda estamos.

AE: E, Castilho, com relação à reforma administrativa, você acredita que o decreto de 2005 tenha contemplado as necessidades da Biblioteca? Que outras mudanças ainda têm de ser feitas para que a Biblioteca continue trilhando esse caminho e que readquirira novamente essa vocação?

JCN: Então, Ana, eu não tenho como responder essa sua pergunta sem colocar o contexto geral do que está acontecendo em todas as bibliotecas do país hoje. Não só para não recusar uma informação, mas também para colocar como eu vejo hoje. Na época, e pelo meu relatório final de gestão, com as recomendações que nós tínhamos deixado, a Mário de Andrade deixar de ser uma divisão e se tornar um departamento era o mínimo necessário para a Biblioteca poder recuperar o seu status e o seu poder de biblioteca de preservação e de biblioteca símbolo do Brasil. Eu me recuso, como a maior parte de nós, a ver a Mário de Andrade como um patrimônio de São Paulo. A Biblioteca Mário de Andrade é um patrimônio do país e para isso ela precisa ter o status de biblioteca do país. Eu acho que o decreto – eu não conheço o decreto em todas as suas circunstâncias – não tenho conversado com os gestores atuais para saber até que ponto isso está sendo suficiente. Então, desconhecendo essa parte, eu digo para você com toda a segurança que é o mínimo que se pode fazer. Na época, eu pensava que a Biblioteca Mário de Andrade, além de ser um departamento, ela, talvez, pudesse ser um pouco diferente dentro do próprio sistema de bibliotecas da cidade de São Paulo. Mas é claro que o sistema de bibliotecas da cidade tem determinados contornos que são dados pelo tom da gestão.

Eu tenho conversado algumas vezes com o secretário Calil sobre essa questão, conheço a proposta e a execução das bibliotecas temáticas como está acontecendo hoje. Acho, inclusive, interessante esse rumo, mas eu também não



estou municiado o suficiente para dizer se aquela ideia que eu tinha da Mário de Andrade ser uma espécie de “biblioteca-mãe”, uma biblioteca central da cidade de São Paulo e as outras bibliotecas dos bairros terem funções específicas, ainda é válida hoje. O que eu continuo achando é que a Biblioteca Mário de Andrade tem de ter um status diferenciado de todas as demais bibliotecas, como, talvez, e aí eu precisaria estudar um pouco melhor e discutir melhor com as pessoas. Talvez a Biblioteca Monteiro Lobato, uma biblioteca infantil e juvenil, também possa ser uma biblioteca diferenciada do conjunto, não apenas pela inserção que ela tem na cidade de São Paulo, mas pela referência que ela é enquanto biblioteca infantil e juvenil no país.

Então, com todas essas medidas e precauções, eu volto à minha posição de hoje. Como você sabe, eu tenho hoje uma função como secretário executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, cuja principal missão é a modernização das bibliotecas públicas do país todo, o que felizmente também já está em andamento agora neste julho de 2008, quando nós estamos falando. A minha preocupação, hoje, verificando essa situação de existir muitíssimas “Mário de Andrade”, com a situação precária de 2002 que eu descrevi para você, está espalhada pelo país todo. A minha preocupação como gestor do Plano Nacional do Livro e Leitura e, felizmente, também é a preocupação do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, é a de entrarmos num processo amplo de modernização das bibliotecas e isso passa pelo reconhecimento das bibliotecas.

Então, uma proposta que eu já encaminhei para o secretário Calil e também tive a oportunidade de discutir isso com o secretário Sayad, do Governo do Estado de São Paulo, e também com outros secretários de outras regiões do país, Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Rio Grande do Sul, é que, voltando aqui para a Mário de Andrade, a Mário de Andrade tem que se tornar uma biblioteca de referência nacional de fato. E, coincidindo com uma posição do secretário Calil, que tinha oficiado, foi uma questão de dias entre a minha proposta feita a ele e uma carta dele ao ministro Gilberto Gil, de dar à Mário de Andrade um status de acervo nacional e, com isso, ter em algum momento, da legislação federal, o reconhecimento dessas bibliotecas, inclusive a Mário de Andrade, de um status diferenciado e não ser apenas uma biblioteca municipal, o que de fato ela não é, porque ela tem um acervo



nacional. Não que ela saia do âmbito da gestão do município, não se trata disso, se trata, pelo que nós estamos discutindo, de se criar pelo menos uma centena – pela nossa extensão territorial – de bibliotecas referenciais que sejam, digamos assim, as referências regionais do que deve ser a Biblioteca Nacional para o país todo.

Seguramente, a Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, tem que ter esse status. E ao ter esse status ela deve ter também algumas regalias, obviamente, do ponto de vista de receber recursos do governo federal, do governo estadual, além de continuar recebendo recursos do governo municipal. E também ter uma gestão de responsabilidade do município, mas que tenha algum assento, alguma participação, pelo menos do ponto de vista da observação, de cuidado, de outros órgãos públicos ligados ao governo estadual e federal, já que é um patrimônio nacional. Como todo status que se eleva, nós temos deveres, responsabilidades, direitos e vantagens. Então eu acho que esse equilíbrio nós precisamos encontrar. Eu não te digo qual é porque ainda nós não temos essa formulação. Espero que a gente possa continuar discutindo com a gestão municipal e também com o governo do estado e com o governo federal, para a gente chegar a essa equação de biblioteca de referência nacional.

AE: Castilho, aproveitando que você entrou na questão do Plano Nacional do Livro e da Leitura, referente ao seminário que houve em maio, eu li a sua apresentação e você menciona a necessidade, obviamente, de democratizar a informação referente às bibliotecas e, para isso, seria preciso construir uma rede. Então seria isso que você está falando, essa diferenciação da Biblioteca Mário de Andrade como uma biblioteca referencial em termos da federação, do estado, é nesse sentido a construção dessa rede?

JCN: É nesse sentido, sim. Em primeiro lugar, para se constituir essa rede, nós precisaríamos do reconhecimento do papel de cada biblioteca dentro dessa imensa teia de equipamentos que nós temos. Hoje nós temos pelo menos seis mil bibliotecas públicas no Brasil e a maioria absoluta delas são bibliotecas municipais. Ao mesmo tempo, nós temos pelo menos dez mil bibliotecas comunitárias. O Ministério da Educação estima que temos cerca de 54 mil bibliotecas escolares. Não



vamos considerar em nenhum momento as condições materiais e de acervo dessas bibliotecas, certo? Todas elas precisam ser reformadas, modernizadas, etc e tal. E, nas diversas instâncias, principalmente no programa “Mais Cultura” e no programa “Desenvolvimento da Educação” do Ministério da Educação, essas bibliotecas já começaram o seu processo de reforma.

Mas existe essa enormidade de equipamentos e existem as inúmeras bibliotecas ligadas a empresas que são abertas ao público e não só às pessoas que trabalham naquela empresa, naquela fábrica, mas aberta à comunidade. Então, o que o Plano Nacional do Livro e Leitura desenvolveu? A ideia de nós criarmos um sistema de bibliotecas de acesso público, ou seja, se eu sou dono de uma empresa e abro minha biblioteca para a comunidade, a biblioteca é de acesso público, se é comunitária é a mesma coisa, se é escolar, pública, municipal é a mesma coisa. E nós precisamos criar a partir de um sistema informatizado, um verdadeiro sistema nacional de bibliotecas de acesso público, porque, quando nós falamos de sistema de bibliotecas no Brasil, nós falamos, antes de mais nada, de um sistema precário. A informação é duvidosa, não é constante, e o gestor do sistema nunca tem segurança daquilo que ele está gerenciando. Isso acontece em todos os níveis, tanto no municipal, no estadual e, principalmente, no nacional. Então, a partir do momento em que a modernização dessas bibliotecas prevê a instalação de equipamentos com internet, a ligação entre essas bibliotecas, por meio de equipamentos de internet, esse sistema virtual, nós temos condição hoje de começar a construir e em médio prazo ter um sistema integrado dessas bibliotecas, com o primeiro objetivo de ter informação.

A partir dessa informação, nós teremos condição de saber a quantidade de usuários, que tipo de acervo sai dessa biblioteca, para que tipo de uso essa biblioteca está sendo procurada, quais são as atividades que essa biblioteca faz e integrar todas essas informações, não apenas para o sistema de bibliotecas, mas também para o desenvolvimento do Plano Nacional do Livro e Leitura, certo? Porque tudo precisa convergir para o leitor. Todo o nosso esforço, o nosso planejamento e execução tem que buscar uma única pessoa que é o leitor, tanto o leitor contumaz quanto aquele que ainda não é leitor. Nós temos, no Brasil, 70 milhões de não leitores, há todo um público a conquistar. Nós temos entre os leitores, como mostrou



essa pesquisa sobre a leitura no Brasil, nós temos um número enorme de pessoas que, terminando a vida escolar, já não leem mais, porque não têm acesso ao livro e à leitura. Então há todo um trabalho a construir no Brasil e onde o lugar das bibliotecas é simplesmente essencial. Nós não conseguiremos fazer isso se as bibliotecas não estiverem aptas a acolher as pessoas.

Por isso, nós estamos chamando, no PNLL e no Ministério da Cultura, essa modernização de “Bibliotecas Vivas”. E “bibliotecas vivas” eu espero que tenha tudo o que a Mário de Andrade tenha após a reforma: lugar para acolher as pessoas, multiplicidade de espaços e usos, trabalhar com todos os meios de suporte da leitura e com todas as atividades artísticas e culturais e, principalmente, estar com as portas abertas e com gente preparada para receber essas pessoas e serem além de guardiões dos livros, mediadores de leitura, pessoas que saibam formar leitores, que saibam levar leitores para a Biblioteca, que saibam fazer uma indicação, que saibam fazer uma leitura em voz alta, que motive os leitores a ler e a cada vez retirar mais livros. Eu acho que a Mário de Andrade tem esse papel de ser a biblioteca referencial. E, como para todo editor, o seu melhor cartão de visita é o seu catálogo, o melhor cartão de visita de uma biblioteca é o seu acervo e nós não podemos esquecer que a Mário de Andrade tem o segundo maior acervo de preservação do país, depois da Biblioteca Nacional. E tem uma história de ser uma biblioteca popular. Então entre a biblioteca de preservação, de pesquisa e a biblioteca com uma ligação popular muito forte com a cidade de São Paulo, eu acho que a Mário de Andrade tem que ser as duas. E se ela tiver essas duas missões, ela será perfeitamente uma “biblioteca-cabeça”, vamos dizer assim, dessas bibliotecas referenciais que eu estou dizendo a você. Eu acho que o status dela deve ser superior e ao mesmo tempo com responsabilidades nacionais.

AE: Castilho, eu não quero estender muito, mas eu tenho muitas perguntas...

JCN: Fica à vontade.

AE: Eu queria aproveitar que você tocou na questão das bibliotecas comunitárias, que você contasse um pouco – porque eu andei dando uma olhada, recuperando



algumas informações no jornal – sobre a sua participação na biblioteca comunitária de Heliópolis. Eu queria que você contasse um pouco sobre isso e outra coisa é sobre a sua atuação na Editora UNESP, porque os livros da Editora são reconhecidamente de alta categoria e qualidade, então o que fez com que a Editora da UNESP se diferenciasse entre as editoras universitárias e também se sua tradição como militante encontrou vazão na sua gestão pública no PNLL, na Editora da UNESP?

JCN: Então, vamos começar por essa última observação. Eu deixei a minha militância político-partidária em 1982, como eu contei a você. Eu fui militante do Partido dos Trabalhadores e antes e durante a militância no Partido dos Trabalhadores, eu fui militante da Organização Socialista Internacionalista, era um trotskista na época, e deixei em 1982 a militância político-partidária por uma série de circunstâncias que não vêm ao caso, mas na minha cabeça sempre ficou a dúvida se um dia eu voltaria para uma política partidária já que era uma parte muito forte da minha trajetória. A verdade é que a gente nunca deixa de ser político, de fazer política, pelo menos quando você está inserido na coisa pública, é impossível separar uma coisa da outra, talvez haja formas e maneiras de você fazer política e eu estou muito satisfeito com essa maneira que eu escolhi. Quer dizer, a partir do momento que eu não estou militando num partido político, ao mesmo tempo em que eu preservo uma independência de pensamento, porque partido é partido - nesse sentido eu sou extremamente leninista e, se o partido diz alguma coisa, você tem que seguir a maioria do partido, senão para quê você está nele, certo? Eu como estou mais para anarquista do que para qualquer outra coisa, eu resolvi manter meu pensamento próprio, então não estou filiado a nenhum partido e nem pretendo. E nesse sentido eu mantenho um pensamento de esquerda, socialista, eu realmente sou por essa visão de mundo e por essa atuação no mundo e é exatamente por isso que eu estou sempre muito ligado às coisas públicas, atuando nas coisas públicas. E tenho saciado minha militância política trabalhando nessa área da cultura e na área da educação.

Eu costumo dizer que antes de tudo eu sou professor, eu gosto de ser professor, eu gosto de estar numa sala de aula, apesar que, desde que eu assumi a



Mário de Andrade, uma das coisas que a Mário de Andrade me quitou foi estar numa sala de aula, porque era impossível estar aqui, estar na Editora da UNESP e estar em Araraquara dando aula a 270 quilômetros. E depois que eu entrei na Mário de Andrade as coisas se sucederam na área do Livro e da Leitura, não só como editor. Eu já tinha uma carreira consolidada na época, mas a Mário de Andrade me levou para outros caminhos. Nessa experiência, eu deixei de ser o “rato de biblioteca” para ser gestor público e essa transição também acabou marcando essa outra fase da minha vida. Entre os 45 e 50 anos, eu resolvi começar uma outra coisa, ser gestor de bibliotecas e trabalhar na área da leitura. Então essa forçada de barra na minha trajetória como editor e acadêmico, que a Mário de Andrade me proporcionou, me levou a conhecer outras experiências que me fascinaram e uma das experiências mais fascinantes, paralela à Mário de Andrade, foi justamente ter participado em Heliópolis da atividade de criar a biblioteca comunitária de Heliópolis. E a criação foi uma criação muito peculiar.

Eu fiz parte da criação e aconteceu da seguinte forma: Heliópolis, como todo mundo sabe, tem um projeto muito interessante liderado pelo arquiteto Ruy Ohtake de reurbanização e humanização da favela, etc. E uma das reivindicações centrais da comunidade de Heliópolis era justamente ter uma biblioteca comunitária; o Ruy Ohtake absorveu rapidamente essa ideia e procurou o professor Antonio Candido para fazer o projeto da biblioteca e escolher mil livros para ser o acervo inicial da biblioteca. O professor Antonio Candido, que antes de ser um grande intelectual, é um homem muito generoso também e meu ídolo de carteirinha - como vocês percebem, ele é responsável por muita coisa na minha vida - ele falou para o Ruy Ohtake: “Eu não faço, porque já estou aposentado, já estou afastado dessas coisas. Quem cuida e entende hoje de livros e de bibliotecas é o Castilho, procura o Castilho”. Aí o Ohtake me chamou e eu vi aquilo como uma coisa muito interessante. Rapidamente fizemos os contatos, aqui mesmo na Mário de Andrade com a Marfísia e outras bibliotecárias, e começamos a montar o acervo. E eu tive oportunidade de auxiliá-los, de fazer um projeto para a biblioteca, discutir com a comunidade. Foi uma das experiências mais interessantes que eu tive, isso definitivamente marcou minha visão de biblioteca comunitária e a inserção de uma biblioteca numa



comunidade carente, com muitos problemas de marginalidade, de criminalidade, de tráfico.

Acho importante registrar um depoimento que eu tive na minha primeira reunião com a comunidade, que foi na quadra de esportes que eles construíram. Estávamos eu, o Ruy Ohtake, os estrangeiros no local e mais os líderes da comunidade e eles queriam saber qual o projeto que eu tinha para a biblioteca e eu falei: “Bom, antes de falar qualquer coisa, eu quero ouvir vocês, eu quero saber de vocês, o que vocês querem de uma biblioteca, o que vocês esperam de uma biblioteca”. E uma das mulheres líderes da comunidade que estava lá, já madura, ela me disse uma coisa que foi definitiva, e eu jamais vou esquecer esse depoimento que ela deu. Ela disse o seguinte: “Olha, professor, aqui nós lutamos diariamente pela vida dos nossos filhos e tudo o que nós fazemos é para dar aos nossos filhos uma outra vida, um outro futuro, e, quando eu falo isso, eu estou falando de uma luta diária contra o tráfico, contra aqueles que querem levar nossos filhos para a marginalidade, para o crime, etc. E nós sabemos o destino disso, porque toda hora nós temos um filho nosso morto. Então nós queremos dar alternativas, tudo o que nós fazemos é para dar alternativas e a biblioteca a gente acha que é a melhor alternativa, porque, por intermédio dos livros, eles vão conhecer coisas que eles não podem conhecer aqui na favela, que nós não temos condição de mostrar para eles aqui na favela. Mais do que qualquer outra coisa, eu acho que o livro pode dar esse caminho”. Aí ela falou outras coisas, eu estou resumindo, claro, o que ela falou, mas entre outras coisas ela disse: “Que é muito importante que os nossos filhos conheçam as coisas que acontecem para além da favela, além daqui da comunidade...” – eu não lembro se ela usou esse termo “favela”, deve ter usado comunidade – “...porque é uma luta muito desigual e eu digo uma coisa para o senhor, nós estamos ganhando essa luta, porque nós mais ganhamos do que perdemos. O problema é que sempre que nós perdemos essa luta vem a imprensa, os canais de televisão, os jornais, e dão notícias de quando nós perdemos e sabe quando nós perdemos, professor? Quando nós precisamos enterrar o nosso filho. Então é no enterro, quando nós temos uma morte por tráfico é que nós somos notícia e a gente quer mostrar outras coisas para os nossos filhos”.



Então, veja bem, você colocar o livro, a leitura, a biblioteca, o acesso ao livro, que é o que impede de fato o brasileiro marginalizado de ler, é a possibilidade de uma outra vida ou, pelo menos, dele perceber que existe uma outra vida além daquela vida da sobrevivência, do cotidiano difícil e da marginalidade. E é uma certa segurança, é interessante, porque a favela de Heliópolis – quando nós começamos essa conversa – eles já tinham o telecentro então eles, de certa forma, já tinham acesso pela internet, mas eles queriam o livro de papel, um objeto, uma segurança que o livro de papel parecia estar dando a eles, dizendo que se estava escrito eles não iriam procurar outras coisas na internet; não, eles vão ler alguma coisa, eles vão saber de alguma coisa por intermédio do livro e num ambiente que é uma biblioteca. Era isso o que eles queriam. Então, depois que ela falou isso, eu disse que não queria ouvir mais nada, para mim estava mais do que suficiente. E, obviamente, isso coincidiu com aquilo que eu estava pensando e que eu penso até hoje, que é esse espaço que eu falei para você, um espaço de convivência, de acessibilidade, um espaço em que as pessoas estejam. A função da arte e da cultura é exatamente... Não se esqueça que eu sou um adolescente da época do Milton Nascimento que cantava: “ir onde o povo está”. Eu tenho profunda convicção disso. Eu não acho que isso é uma coisa populista, ao contrário, é a realidade não excludente. A população não está onde nós, classe média, estamos, muito menos onde a elite brasileira está; nós somos uma pequeníssima parte dessa população. Então o contato com Heliópolis me deu um enriquecimento fabuloso. Eu nunca me separei da rua. A Mário de Andrade teve... Mesmo dentro da universidade eu sempre tive muita atenção para a rua, para o transeunte, para a pessoa comum, para as outras classes sociais e aí uma herança da militância política ligada às classes populares. Eu me reconheço como classe média, nunca vou ser um operário, um trabalhador braçal, porque não sou, mas tenho por ele um respeito de um trabalhador intelectual e assim eu construí a minha vida, e é assim que eu entendo a minha relação com o mundo.

Então, na Mário de Andrade, e depois em Heliópolis, eu tive também a oportunidade de sair um pouco da universidade, que sempre é algo um pouco mais enclausurado, apesar do ritmo que nós demos à Editora da UNESP. E aí eu entro um pouco na tua questão sobre a editora da UNESP. A editora da UNESP foi um



desvio de rota que eu pensei ser passageiro na minha trajetória de pesquisador e professor universitário e que acabou se tornando permanente. Aliás, existe uma certa lenda urbana na área do livro, que pelo menos comigo deu certo, é um certo prognóstico, ou maldição como costumam dizer algumas pessoas, a respeito de quem começa a trabalhar com livros. Eu editei o meu primeiro livro em 1978, quando eu tinha a Kairós.

AE: Você lembra qual foi esse livro?

JCN: Lembro, foi a *Questão do Partido* cujos autores eram simplesmente Marx, Engels, Lênin e Trotsky, em 1978. Eram escritos clássicos do Marx e do marxismo de Lênin e Trotsky sobre a questão do partido, porque na época estava começando a se discutir a possibilidade de ampliação do quadro partidário brasileiro e principalmente a construção de um partido operário no Brasil, o início da formação do PT, enfim. Nós lançamos esse livro, aliás, cinco mil exemplares e vendemos tudo. E quando eu fiz esse livro – agora você vai achar que eu sou realmente Matusalém – esse livro foi feito numa linotipadora, uma coisa que a geração de vocês desconhecem, só tem em enciclopédias. Linotipadora, aquele velho aparelho do século XIX em que os tipos são fundidos em chumbo e sai linha por linha. E para você fazer a primeira correção, você precisa ler ao contrário, de trás para frente. Tudo isso eu aprendi em seis meses em um curso intensivo de como ser editor na marra. E, quando eu terminei esse livro, era feito numa linotipadora chamada “Arte Estilo”, que era uma linotipadora no Bairro do Brás, tradicional bairro de gráficas de São Paulo. E, como todas linotipadoras da época, era formada por ex-militantes ou por militantes do Partido Comunista Brasileiro e eu fazendo um livro ligado ao trotskismo, foi muito interessante. Eu praticamente morei lá na linotipadora naquele período, chegava de manhã e saía à noite vendo o livro ser feito, entendendo, aprendendo como as coisas eram feitas e discutindo com os linotipistas, porque eles eram altamente politizados, altamente informados e eu diria até intelectualizados, porque eles liam os livros, então eles corrigiam: “Olha, aqui está errado, esta concordância está errada aqui, este conceito, será que está bem explicado na tradução”. Era muito interessante.



E quando eu terminei de fazer o primeiro livro, o dono da linotipadora, que também era do Partido Comunista, falou para mim: “Você sabe o que você acabou de fazer?” E eu falei: “Acho que fiz um livro”. E ele falou: “Não, errado, você fez um compromisso para o resto da sua vida, você jamais vai sair disso” - “Por quê? Eu não pretendo viver em torno de livros e fazendo livros, eu pretendo em algum momento ser professor universitário e estudar os livros, mas não fazê-los”. O resultado foi isso o que eu contei da minha vida para vocês, estou até hoje aqui. Então existe esta 'benção' ou maldição, ou seja, que se você faz o primeiro livro, você não sai mais dele. Eu não consegui sair, a verdade é que minha história comprovou este prognóstico.

Então, este prognóstico, pelo menos comigo, deu certo, porque, quando eu vendi a Kairós, em 1982, e entrei na UNESP, em 1984, a minha vida de acadêmico durou poucos anos, porque, em 1988, eu fui praticamente convocado para começar a Editora da UNESP. E essa ideia de sempre trabalhar tendo em vista o leitor, o cliente, também marcou a minha posição pessoal e acabou sendo o projeto que a UNESP aceitou fazer. Então, ao contrário do que era tradição das editoras universitárias naquele momento, até um pouco hoje; hoje elas se modificaram muito até a partir do próprio exemplo da UNESP, mas ainda hoje existe um certo ranço, digamos assim, de uma visão elitista que uma editora universitária deva ter. Eu parti exatamente, e a UNESP aceitou essa proposta de bom grado e me ajudou a realizar isso - eu e mais alguns colegas que participamos há mais de vinte anos do projeto da Editora da UNESP - e nós achávamos justamente que nós deveríamos fazer uma editora para o leitor e que fosse uma editora que editasse livros de interesse de um público leitor universitário, estivesse ou não na universidade. Até porque eu tenho plena convicção de que, se for fazer uma editora universitária voltada apenas para o público interno de uma universidade, eu te digo, ainda mais hoje com todos os mecanismos de informática que nós temos e de comunicação virtual que nós temos, não é necessário investir esse dinheiro para formar uma editora na universidade se o público leitor, o cliente buscado, for apenas o público interno da universidade, ou seja, os professores e os alunos. A universidade faria, com muito menos investimento, um trabalho tão eficiente quanto ter uma editora.



Eu acho que, se a universidade quer ter uma editora, ela deve sempre procurar o público universitário, ou o público culto de maneira geral, dentro de uma edição acadêmica que ele possa interagir, possa dizer, ou demonstrar, as próprias pesquisas que a universidade está fazendo para a sociedade que, no caso da universidade pública, sustenta aquela universidade. Ou, ainda, fazer com que a universidade realce alguns assuntos que ela considera importante naquela sociedade, daquele determinado momento histórico para discutir o que tem o conhecimento. Então, nós fomos trabalhando com essa perspectiva e eu atribuo o sucesso que de fato a Editora da UNESP tem, hoje com 1200 títulos publicados, reconhecida nacional e internacionalmente como uma editora universitária de referência, eu acho que se deve a isso, se deve a UNESP ter entendido que esse era o melhor processo e melhor projeto e ter sustentado num longo prazo esse processo.

A Editora tem 21 anos e eu estou há vinte anos como diretor da editora. O que poderia ser apenas uma continuidade burocrática, na verdade, foi a possibilidade da universidade ter um projeto editorial exitoso de longo prazo, porque, nesses vinte anos, o que a gente observa é que outros projetos, de outras universidades, projetos que começaram bem, tiveram vida curta e tiveram vida curta porque o professor que estava na direção e que tinha aquele projeto saiu porque mudou o reitor, mudou a política da universidade, etc. Eu estou no meu sexto reitor na UNESP e há uma ideia consolidada na universidade que é essa de ter uma continuidade de projeto para que aconteça a editora universitária de maneira adequada. Então eu realmente entendo que esse projeto editorial foi uma das coisas mais interessantes que a universidade brasileira produziu. Isso eu digo com muita tranquilidade, porque não é um projeto pessoal meu. Eu tenho participação? Tenho, mas é um projeto de toda a UNESP, de toda a universidade, de todas as direções desde 1987, quando a Editora começou. Enfim, eu acho que é uma atribuição - como todo bom projeto - ele não é um projeto individualista, é um projeto coletivo, todo bom projeto público tem que ter esse cunho coletivo.

Eu acho realmente que a UNESP tem essa preocupação de falar com o público. E hoje nós temos um acervo bastante importante e funcionamos como uma editora normal. A Editora, do ponto de vista do funcionamento, é uma fundação



própria; ela é a única fundação de editora universitária da América Latina. Infelizmente, apesar de toda a minha pregação com os dados para que as editoras universitárias adquiram uma autonomia para editar livremente, se administrar e funcionar como uma editora normal e trabalhar, em última instância, nos moldes das editoras que tenham melhor performance internacional, que são as editoras anglo-saxônicas, principalmente as inglesas. Quando eu ingressei na editora, nós já começamos nesses moldes e três anos depois, com o projeto já desenhado, eu estive na Inglaterra, conversando com a Editora de Cambridge e a Editora de Oxford justamente para entender o funcionamento etc. E eu aprendi mais nas conversas, nos almoços e nos bastidores do que nas atividades oficiais. O editor da editora na época já estava há mais de vinte anos no comando da editora, ele se aposentou depois, com 32 anos na editora, como professor e editor da editora. Na época eu estava preocupado com essa questão de trocar, porque no Brasil, principalmente na universidade, a gente tem essa mentalidade: tem que trocar. Muda a cada quatro anos, faz um rodízio, o que, dependendo da situação, do projeto e daquilo que você está trabalhando, não é a forma mais adequada, muito menos a forma mais democrática. E, quando eu perguntei para o Doutor Jeremy Maynooth¹¹ a respeito, eu perguntei como ele ficava estando há mais de vinte anos e falei da tradição aqui. E ele falou: “Francamente, isso é uma coisa que nós não discutimos aqui, eu nem saberia te responder. Não é uma preocupação. Nós aqui estamos com um funcionamento, quer dizer, se o presidente da editora é eficiente, responde, executa, faz a editora crescer, etc e tal, não há porque trocar. Por que trocar?” - E ele aí perguntou - “Mas por que vocês querem trocar?”. Aí ficou uma situação um pouco estranha porque eu vi que as possíveis respostas que eu podia dar a ele eram muito mais do ponto de vista ideológico e não de uma empresa editorial pública que tem um serviço específico que é publicar coisas importantes para a universidade e para o país. Fora essa lógica, eu só poderia responder idealizações para ele. Então são coisas que nós fomos aprendendo, a UNESP foi absorvendo e que possibilitou esse projeto.

Então, acho que a UNESP tem um peso interessante como universidade, acho que ela é uma universidade interessante e muito particular em alguns casos.

¹¹ Transcrição fonética do nome



Ao mesmo tempo que é uma universidade academicamente tradicional muito séria, muito centrada em suas pesquisas, ela tem também, talvez pela sua condição geográfica - ela está espalhada por todo o estado de São Paulo e está ligada a unidades menores - ela tem também uma relação de serviço comunitário muito forte. Então, no meu caso, como diz o ditado popular, juntou a fome com a vontade de comer, porque eu já tenho essa tendência de fazer trabalhos públicos e fazer trabalhos amplos. E a universidade facilita e, ao mesmo tempo, nos incentiva enquanto professores a fazer isso, tanto é que eu sempre tive um apoio muito grande de toda a direção da universidade para repartir meu tempo como professor, pesquisador e editor, como diretor da Editora, com as atividades públicas. Porque, antes da Mário de Andrade, aconteceram os quatro anos como presidente da Associação das Editoras Universitárias, durante esse período também como presidente da Associação das Editoras Universitárias Latino-americanas. Então foram sempre trabalhos voltados para o conjunto do país e também do mundo ibero-americano, no qual eu também estou muito inserido, consultor da CELALC¹², da UNESCO, da OEI¹³, enfim, são trabalhos... mas tudo em volta do livro. Se um dia o livro desaparecer de vez, eu acho que eu desapareço junto, eu vou ficar absolutamente deslocado.

AE: Castilho, para encerrar essa entrevista, que foi fantástica, eu queria saber, já que estamos falando de livros, se você costuma revisitar alguma obra que você ainda acha fundamental, que livro você indicaria?

JCN: Eu sou extremamente eclético na minha leitura. Geralmente uma pergunta dessas é respondida somente com livros ligados à literatura. Eu tenho as minhas preferências literárias; são livros que eu sempre revisito. Eu também trabalho um pouco por ondas: é claro que eu estou novamente lendo Machado de Assis neste ano, eu ainda irei descobrir a questão da Capitu. Nesses últimos meses eu estou lendo Machado, que é sempre um prazer delicioso. Mas eu também tenho as minhas paixões literárias de alguns autores regionalistas: adoro José Lins do Rego,

¹² Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

¹³ Organização dos Estados Ibero-americanos



por exemplo, a maneira com que ele escreve, aquele tipo de ambientação ligada a um Brasil que ainda persiste, um Brasil das diferenças que ainda persiste, então essas obras dessa geração de Guimarães, José Lins do Rego. Gosto muito de poesia; Drummond, para mim, é insubstituível, eu quase que leio diariamente, são coisas...

Eu vivo lendo e, quando eu não tenho tempo de ler alguma coisa, eu coloco no som do carro para ouvir, em áudio-livro, que também é uma forma muito interessante das pessoas terem uma convivência interessante com a literatura. Mas eu também sou um leitor quase que compulsivo de clássicos da filosofia e também da área de política e de história. Vivo revisitando *Os Parceiros do Rio Bonito*, que é um livro de recorrência, acho que não tem um ano que eu não leio o *Os Parceiros do Rio Bonito*, pelo menos um pedaço, porque é muito forte para mim, pessoalmente, esse livro. E sempre, quando eu acho que alguma coisa não está explicada no Brasil, eu vou lá e acho alguma inspiração. Como também eu nunca deixo de ler *Raízes do Brasil*, sempre. *Formação Econômica do Brasil*, do Caio Prado, eu estou sempre lendo algum pedaço. Quando eu digo ler também é importante, uma pessoa que vive cercada de livros, fazendo livros, ao mesmo tempo gestando as questões do livro, às vezes as pessoas têm vergonha, pudor de dizer: “Eu só li um pedacinho, uma página”. Não. Ler, no meu ponto de vista, não é necessariamente você sentar e ler um livro de cabo a rabo, você pode ler pedaços e não ler mais aquele livro, você pode... Eu sempre revisito esses livros e dificilmente eu releio inteiramente esses livros. Eu costumo dizer que, quando eu revisito um livro - e eu revisito bastante - eu revisito até que me satisfaz, depois eu deixo e vou para outro. E depende do momento.

Eu acho que existe toda uma literatura que eu estou frequentando bastante hoje, que é sobre a democratização da leitura e do conhecimento. Essas questões, que podem soar mais técnicas, mas que dizem tudo o que vai acontecer daqui para frente no mundo da universidade, no mundo dos institutos de pesquisas, no mundo das bibliotecas, das editoras, etc e tal, que é o acesso livre e gratuito ao conhecimento por todos os meios e suportes. Eu sou fascinado por esse tipo de leitura. Eu sou quase ignorante em trabalhar com informática e computação; mal sei usar meu e-mail, entrar na internet, fazer pesquisa na internet. Não conheço os



meandros da programação, nem vou conhecer, nem quero conhecer, mas, ao mesmo tempo, eu sei que o futuro dos novos leitores passa por aí. Então nós precisamos entender essa acessibilidade gratuita, essa ilimitação que o conhecimento, a literatura e as questões artísticas passam por esses meios virtuais. Eu sou um entusiasta disso, e é uma literatura que eu estou frequentando bastante.

Então, fica muito difícil dizer: “Olha, leiam isso”. É muito complicado no meu caso. Eu acho que eu sou daqueles que diz o seguinte: “Leiam, é bom, faz bem para a saúde e principalmente para a mente e o coração”. Eu acho que essas coisas são fundamentais. Leiam qualquer coisa, mas leiam.

AE: Ok, Castilho, eu acho que já deu para dar uma grande contribuição para o nosso acervo de memória oral, foi muito bacana. Obrigada!

JCN: Eu que agradeço, estou à disposição, se for o caso de futuras incursões. Parabéns pelo trabalho!

AE: Obrigada.

